

Universidade de Brasília
Instituto de Humanas
Departamento de História

Isaac Silva de Sousa
(Matrícula 110013361)

**A ARENA E A IMPLANTAÇÃO DO BIPARTIDARISMO NO
BRASIL (1964-1968): O PARTIDO DO “SIM, SENHOR” TAMBÉM
DISSE NÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de História do Instituto de
Ciências Humanas da Universidade de Brasília
como requisito parcial para a obtenção do grau
de licenciado em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Albene Miriam
Menezes Klemi

Brasília – DF
2018

RESUMO

Este artigo analisa historicamente o período da implantação do bipartidarismo no Brasil, apontando os momentos de discordância entre a Aliança Renovadora Nacional e o Poder Executivo, fruto da vinculação partidária anterior dos seus parlamentares e do contexto político imediatamente precedente à adoção do novo sistema partidário. Este trabalho mostra que ainda que os políticos governistas defendam os ideais da autoproclamada “revolução”, sua atuação era progressivamente restringida, junto das prerrogativas do Legislativo. Finaliza apontando como estas discordâncias serviram de pretexto para um maior endurecimento da ditadura militar.

Palavras-chave: ditadura militar; bipartidarismo; Poder Legislativo; Arena.

ABSTRACT

This article analyzes historically the two-party system implantation period in Brazil, pointing the disagreement moments between the Aliança Renovadora Nacional (Arena) and the Executive branch, due to the previous partisan attachment of its parliamentarians and the political context immediately prior to the adoption of the new party regime. Although the government politicians defend the ideals of the self-proclaimed “revolution”, their actions were progressively restricted, as well as the prerogatives of the Legislative. It ends by pointing out how these disagreements served as a pretext for a greater hardening of the military dictatorship.

Key-words: military dictatorship; two-party system; Legislative branch; Arena.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Albene Miriam Menezes Klemi, agradeço a paciência e o estímulo constante para a realização deste trabalho, a compreensão diante das adversidades encaradas e a oportunidade de aprendizado, sendo para mim um exemplo de professora, profissional e intelectual.

Aos docentes, agradeço pela formação que tive na área de História. O conhecimento adquirido no curso se deve à excelente formação profissional e a sede pelo aprender e ensinar que constantemente demonstraram. Aos servidores, agradeço pela presteza e resolução de diversos casos burocráticos.

Às minhas amigas e amigos, Lubna Fontoura, Marina Brotas, Jade Lins, Natália Menezes, Rebecca Alves, Mari Casarisi, Paulo Roberto, Rafaela Cardoso, Luna Bruisa, Amanda Barbosa, Fernanda Gabriela, Rosianne Monteiro, entre outras, meus profundos agradecimentos. Mesmo diante de distanciamentos, todas são pessoas queridas que em diferentes momentos me auxiliaram com afeto, atenção e cuidado, tornando o caminho muito mais interessante e prazeroso.

Por fim, mais do que agradecimentos, dedico este trabalho à minha família que demonstrou apoio incondicional durante minha trajetória na graduação e sem qual não seria capaz de concluir: Mãe e Pai, Nawilly, Thiago, Tallyta e a recém-chegada Clarisse. Vocês são a alegria dos meus dias e o consolo das minhas noites.

INTRODUÇÃO

O regime militar foi instaurado no Brasil com um golpe de Estado em 31 de março de 1964 e estendeu-se até 1985. Durante este período, foram numerosos os meios de exceção empregados no campo da política formal. Em última instância, tais medidas aumentavam os poderes e prerrogativas do Poder Executivo. Ainda que sofrendo diversas restrições, inclusive com fechamentos periódicos, o Congresso Nacional continuou a atuar e serviu como uma das bases de tentativa de legitimação da ditadura militar¹. Neste sentido, a análise de seu funcionamento é um dos meios para compreender como se instaurou, agiu e se aprofundou a ditadura.

A perspectiva adotada neste artigo privilegia a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista criado em 1966 sobre o qual há pouca literatura especializada. Esta escolha permite a observação e análise das contradições internas existentes entre os militares participantes do Executivo e os políticos que governavam conjuntamente com estes, em sua maioria civis, ainda que ambos os lados consideravam-se defensores dos ideais “revolucionários”. A ameaça da sobrevivência dos políticos era constante por parte da cúpula militar, indicando a maior complexidade existente nas relações Executivo e Legislativo durante o período inicial do regime ditatorial.

Em obra de 1981, David Fleischer assinala que, até pouco antes da extinção do bipartidarismo, registra-se poucos estudos sobre este sistema. Desde então o estado da arte da literatura sobre este tema modificou-se e vários trabalhos surgiram, porém poucas ainda são as pesquisas que tratam deste tema do ponto de vista do partido de apoio ao regime militar, a Arena. Tal condição leva a uma visão mais simplista e menos detalhada das possibilidades e dos rumos tomados por aqueles que apoiaram o golpe, excluindo as ambiguidades existentes e desconsiderando as contradições entre aqueles que pronunciavam defender os ideais da “Revolução de 1964”.

Na década de 1960, um comentário irônico recorrente se referia à diferença entre o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Arena, partidos criados sob a ditadura após a extinção do sistema pluripartidário: o primeiro seria o partido do “sim” e o segundo do “sim, senhor” (SOARES, TAUIL, COLOMBO, 2016). Ainda que tendo

¹ Na historiografia, não há um consenso sobre o uso dos termos “ditadura militar” ou “ditadura civil-militar”. Considerando os argumentos apresentados neste artigo, optei pela utilização do conceito de ditadura militar.

apoiado o projeto do movimento de 1964, a Arena também teve momentos em que disse não e entrou em discordância com o regime militar. Esta atitude do partido visava a manutenção das prerrogativas do Poder Legislativo, tentando manter relativa autonomia diante do Executivo central (GRINBERG, 2009), o qual constantemente interferia de forma autoritária no jogo político.

Este artigo procura analisar tanto a criação da Arena e do sistema bipartidário como sua atuação, dando destaque aos momentos que o partido discorda do regime militar. O foco se encontra entre 1966, ano de sua fundação, até 1968, ano da instauração do Ato Institucional nº. 5, que modifica substancialmente o funcionamento do sistema político e pode ser considerado o marco para uma nova fase do jogo eleitoral. O objetivo central é apresentar como o regime ditatorial se impôs aos políticos no âmbito do Congresso Nacional e no Senado durante a fase de implantação do bipartidarismo, elencando os momentos de discordância entre a Arena e o Poder Executivo. Outros objetivos incluem demonstrar a ilegitimidade do sistema bipartidário neste período, com o crescente controle deste por parte do Executivo e as tentativas de manter sua sobrevivência, mesmo por parte daqueles que apoiaram o golpe civil-militar, em face das ameaças à sua existência, funcionalidade e participação.

Os procedimentos adotados neste artigo são a análise de obras selecionadas que abordam o bipartidarismo brasileiro, a Aliança Renovadora Nacional, as relações entre Executivo e Legislativo durante o período da ditadura militar e as noções de partido político; análise de fontes primárias, sendo estas as legislações adotadas em relação ao regimento e funcionamento do Legislativo; informação de dados estatísticos sobre o pertencimento partidário dos parlamentares antes da extinção dos antigos partidos políticos e a migração destes para os novos partidos (Arena e MDB).

Como baliza teórica para análise das fontes e dos dados coletados, é utilizado o conceito de cultura política por permitir a análise de médio e longo prazo de indivíduos e instituições no âmbito político, analisando seu comportamento e ideários defendidos em suas trajetórias (GOMES, 1988). Mesmo a Arena se tratando de uma artificialidade criada pelo regime militar, seus políticos tiveram trajetórias partidárias anteriores, o que gerou conflitos internos e externos, permitindo identificar as vinculações desses políticos com a nova agremiação, assim como suas dissidências.

Contexto dos partidos políticos após o golpe

Os militares assumiram o comando do país após um golpe em março de 1964, denotando desde o início o caráter ditatorial da tomada de poder, com cassação de mandatos de políticos e suspensão de direitos políticos de militares, lideranças sindicais e demais cidadãos que se mantiveram na oposição (BRASIL, 1964). O governo criou, então, uma identidade própria de participante de um “movimento revolucionário” que busca reerguer o país. O caráter de permanência deles no poder ou mera transição era incerto no período (KLEIN, 1978). Vários políticos apoiaram o golpe e aderiram ao regime, especialmente aqueles da União Democrática Nacional (UDN) (KINZO, 1988). Porém, mesmo com o apoio do governo Castelo Branco (1964-1967), o aludido partido perdeu as eleições governamentais em vários estados em 1965. Pela ala radical do governo, isto foi tomado como uma vitória da oposição ao “movimento revolucionário” de 1964 (SKIDMORE, 1988), o que estimulou a tomada de mais uma medida autoritária, o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que extingue os partidos até então existentes (BRASIL, 1965b).

Desde o início da ditadura, houve uma divisão entre duas alas na cúpula militar: os mais moderados eram representados por Castelo Branco, denominados também “castelistas”, e a ala mais radical, chamada de “linha dura”, que defendia com maior rigidez a adoção das ideias da Escola Superior de Guerra (ESG) (COIMBRA, 2000).

A Escola Superior de Guerra vem a ter influência substantiva no golpe e na ditadura. Foi fundada em 1949, no rastro da Segunda Guerra Mundial e num contexto de Guerra Fria, adotando a Doutrina de Segurança Nacional. Temas como anticomunismo foram reforçados e o conceito de “defesa nacional” passou por uma ressignificação: não se tratava mais do embate pela defesa das fronteiras, mas o embate contra um “inimigo interno”, que poderia assumir diversas formas, como professores, alunos, políticos ou camponeses, que agiriam provocando a “subversão” e promovendo o comunismo no Brasil. Para os fins de aplicar este conceito de segurança era possível sacrificar o bem-estar social representado na liberdade, direitos da pessoa humana e garantias constitucionais (COIMBRA, 2000). A Doutrina de Segurança Nacional é um ponto importante a ser ressaltado, pois ela direcionaria diversas medidas adotadas pela ditadura durante sua duração.

No preâmbulo do Ato Institucional nº 1², de 9 de Abril de 1964, é assinalado que “os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País” e que as ações arbitrárias por meio da autolegitimação da “revolução” visam “drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como em suas dependências administrativas” (BRASIL, 1964).

Quanto ao sistema partidário, no período logo após o golpe, foram mantidos os partidos do regime democrático. Relativo à realização de eleições, ao contrário do que inicialmente fora aventado, o sistema eleitoral sob a ditadura vai ser desfigurado. O calendário eleitoral foi afetado, com as eleições presidenciais sendo suprimidas, mas ainda foi mantida parte do processo eleitoral nas eleições para deputados, senadores e governadores. Havia a contradição do regime militar de buscar a destruição do sistema político anterior ao mesmo tempo em que defendia valores de democracia e da civilização cristã. As razões da manutenção parcial do calendário e do processo eleitoral podem ser justificadas tanto como uma forma de construir a legitimidade do regime e se defender da acusação de ser uma ditadura como por ainda existir um grupo de oficiais dentro da cúpula militar que ainda prezavam por certos valores liberais e tradições que antecederam o golpe, representados na figura de Castelo Branco (CARVALHO, 2008).

De acordo com Denise Moreira Zavarize (1987), antes da implantação do bipartidarismo já existiam medidas que visavam restringir o jogo político. A Lei Nº 4740, de 15 de Julho de 1965, também conhecida como Lei Orgânica dos Partidos Políticos, estabelecia que os partidos políticos deveriam ter 3% dos votos nas eleições legislativas em onze Estados e 2% nos Estados; eleger doze deputados federais, distribuídos por sete Estados; e ter pelo menos onze Diretórios Regionais (BRASIL, 1965a). Considerando que o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) somavam 79,3% dos assentos no Congresso Nacional, os outros dez partidos existentes até então eram, na prática, inviabilizados de competirem nas eleições.

² Por se tratar do primeiro ato, ele não está originalmente numerado, mas passou a ser denominado Ato Institucional nº 1 a partir da promulgação do segundo em 1965.

A implantação do bipartidarismo

De acordo com Lucia Grinberg (2009), no cenário imediatamente posterior ao golpe foram realizados diversos debates e medidas para “solucionar” a crise política que se instaurou. Houve a defesa da cassação de mandatos parlamentares pelos próprios colegas que apoiaram o movimento de 1964, inclusive organizando listas de nomes de quem deveria ser punido por ser “esquerdista” para que os objetivos da “revolução” fossem cumpridos. Tais cassações foram de fato realizadas em níveis federal, estadual e municipal. Isto também abriu perspectiva para novas soluções políticas, como alterações nas regras do jogo eleitoral.

Antes da instauração do bipartidarismo, registram-se alterações nas regras do jogo político para as eleições estaduais de 1965, visando diminuir o número de legendas na competição: a proibição de coligações partidárias e o aumento da cláusula de barreira para funcionamento dos partidos (CARVALHO, 2008). A fragmentação partidária era considerada um ponto de grande importância na crise política instaurada em 1964 e que, portanto, exigia a intervenção governamental para saná-la.

Porém o resultado das eleições parciais de outubro de 1965 levou o governo a realizar mudanças mais profundas na legislação eleitoral. A UDN, principal partido de apoio do governo, perdeu a eleição para o cargo de governador em 9 dos 11 Estados em disputa³, incluindo em duas unidades da Federação consideradas essenciais ocorreu a derrota para o PSD. Em Minas Gerais foi eleito Israel Pinheiro e na Guanabara ganhou Negrão de Lima. Estes estados eram tidos como centrais, pois seus então governadores, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, consideravam fundamental manterem controle da máquina governamental para assegurar uma vitória da UDN nas eleições presidenciais. A Convenção da UDN já sinalizava Lacerda como candidato à Presidência da República, apontando que até então era considerada a possibilidade de um civil assumir a presidência durante a ditadura militar. Tal aspiração presidencialista levou Lacerda a defender o adiamento das eleições parciais, ser contra a prorrogação do mandato presidencial de Castelo Branco e se aproximar da linha dura do regime militar (KINZO, 1988). Na época o resultado das eleições parciais de 1965 foi considerado como uma vitória da oposição ao movimento de 1964 e também uma continuação das experiências

³ Na época, o período de mandato para o cargo de governador era escolhido por cada Estado, com alguns optando para vigorar por 4 anos e outros por 5 anos. Dessa forma não existia coincidência eleitoral em todo o país para tal cargo.

vividas nos últimos anos, onde a “entente” PSD e PTB sucessivamente impunha derrotas à UDN (GRINBERG, 2009). Neste clima foi editado o Ato Institucional nº 2, que tornava mais rigorosas as medidas punitivas em vigor, aumentava os poderes presidenciais, estabelecia que os crimes contra a segurança nacional cometido por civis seria julgado pela Justiça Militar, aumentava o número de ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 16, estabelecia eleições indiretas para a presidência da República e extinguiu todos os partidos políticos existentes (BRASIL, 1965b).

Para regulamentar a criação de novos partidos, ou como se denominava na legislação, “organizações com atribuições de partidos políticos”, foi editado o Ato Complementar nº 4. Nele havia uma exigência de filiação de 120 deputados federais e 20 senadores para a criação das novas organizações políticas (BRASIL, 1965c), o que teoricamente possibilitava o estabelecimento de até três partidos, considerando o número de 409 deputados e 66 senadores que compunham o Congresso Nacional em 1966. Porém esta era uma possibilidade improvável, visto que exigiria uma tripartição altamente equilibrada no Congresso, algo fora da realidade da época onde muitos dos candidatos se posicionavam como favoráveis à “Revolução” e ao regime militar ou, então, se opunham a estes e aos ideais do movimento de 1964.

A escolha do regime militar pelo bipartidarismo surge, segundo Rogério Augusto Schmitt (2005), pela decisão do governo militar em evitar o uso de partido único por conta da imagem ditatorial que passaria para as nações estrangeiras, mas também em não reproduzir a alegada fragmentação partidária existente anteriormente. Assim os parlamentares estariam divididos em duas agremiações partidárias: a de quem apoiava o governo e a de quem se opunha a ele, em uma oposição consentida com regras que favoreciam os primeiros.

Artificialidade do sistema bipartidário

Em sua análise comparada sobre os partidos políticos, suas estruturas e seus mecanismos, Maurice Duverger (1980) exclui da seção acerca do bipartidarismo as experiências ocorridas na América Latina. A justificativa se dá por conta das intervenções frequentes e autoritárias do Executivo no funcionamento destes, “falseando todo o sistema”, portanto, impassível de serem analisados como sistemas bipartidários legítimos.

Segundo Giovanni Sartori (1982), quatro aspectos caracterizam os sistemas bipartidários segundo a teoria clássica: 1) dois partidos em condições de competir pela maioria absoluta de cadeiras; 2) um dos partidos consegue, na prática, conquistar uma maioria parlamentar suficiente; 3) esse partido dispõe-se a governar sozinho e 4) a alternância ou a rotatividade no poder continua sendo uma expectativa possível.

Analisando o processo de institucionalização da ditadura militar, Silene de Moraes Freire aponta que o Ato Institucional n. 1 foi “o primeiro instrumento de fortalecimento do Executivo e esvaziamento do Congresso Nacional” (FREIRE, 2011, p.131). Nos termos desta lei foram cassados, suspensos os direitos políticos, aposentados compulsoriamente e enviados para a reserva militar 3.500 pessoas na esfera federal, constando entre eles três antigos presidentes da República (João Goulart, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek), 116 mandatos eletivos revogados e 6 governadores de estados cassados (FREIRE, 2011). A continuidade de medidas autoritárias semelhantes acabou por ferir dois dos quatro aspectos que Sartori cita como sendo característicos do bipartidarismo: a possibilidade de competir pela maioria absoluta das cadeiras, onde membros do MDB eram continuamente cassados e impedidos de realizarem uma estruturação mais sólida; e a alternância ou rotatividade possível do poder, visto que ao receber resultados que se consideravam derrotas, o Poder Executivo promulgava medidas autoritárias para restringir a competição eleitoral e favorecer o partido situacionista.

Dessa forma, a implantação do sistema bipartidário e dos partidos que o compunham é artificial. Mesmo levando em conta tais considerações, Lucia Grinberg assinala que os votos da população não são orientados unicamente pela legenda, mas também pela identificação do eleitor com o candidato. Dessa forma, enquanto a Arena é um partido artificial, criado e regido por medidas autoritárias da parte do Executivo, seus membros, ainda que apoiadores do golpe e seus ideais “revolucionários”, são indivíduos que foram socializados em organizações partidárias anteriores, muitos com sucessivos cargos eletivos durante e até antes do período de 1945 a 1964, tendo, portanto, visibilidade e representatividade diante da população (GRINBERG, 2009). Tal apontamento traz, portanto, um indicativo do apoio de parte da população ao golpe de 1964 e seus ideais nos votos que a Arena recebe durante o período autoritário. A cultura política relacionada ao voto da população aponta que a Arena, ou ao menos os políticos que a integravam, possuía relativa representatividade diante dos cidadãos.

Segundo Maria D’Alva Gil Kinzo (1988), a distribuição de parlamentares dos partidos extintos na Arena e no MDB não é por conta de uma cisão ideológica claramente definida entre os antigos partidos, visto que estes não tinham uma orientação clara em nível nacional e eram fragmentados por conta do clientelismo, populismo e disputas nos níveis regionais e locais. Como demonstra a tabela abaixo, há uma divisão significativa de parlamentares que migraram do PSD e PTB para a Arena, o partido do governo. Isto pode ser explicado pelas diversas cassações que ocorreram aos opositores do movimento de 1964, o que levou diversos políticos a preferirem uma coexistência “pacífica” dentro do partido do governo para poderem se aproximar do poder. A associação com o MDB parecia uma permanente exclusão das disputas no jogo político. Mesmo assim há de se considerar que aqueles que migraram para o MDB já demonstravam um prosseguimento da reação ao golpe e ao novo regime político.

Tabela 1. A migração na Câmara dos Deputados dos partidos extintos para as novas agremiações Arena e MDB (1966)

Partidos Extintos	Arena	MDB	Total
UDN	86 (90%)	9 (10%)	95
PSD	78 (64%)	43 (36%)	121
PTB	38 (33%)	78 (67%)	116
PSP	18 (90%)	2 (10%)	20
PDC	13 (69%)	6 (31%)	19
PTN	8 (67%)	4 (33%)	12
PRP	5 (100%)	–	5
PR	4 (100%)	–	4
PL	3 (100%)	–	3
PST	2 (100%)	–	2
PRT	2 (50%)	2 (50%)	4
MTR	–	3 (100%)	3
PSB	–	2 (100%)	2

Fonte: Lucia Grinberg. *Partido Político ou Bode Expiatório*, 2009, p. 69. (valores em porcentagem aproximados)

A manutenção do Congresso Nacional permitiu a continuidade no regime militar das elites políticas advindas do período democrático anterior a 1964 e aspectos da cultura política de então. O AI-2 impõe uma nova moldura do funcionamento legislativo, mas não anula a história partidária e individual dos políticos, o que levou à migração ser em muitos casos orientada não por conta da posição diante do regime, mas sim em razão das disputas regionais com grupos políticos adversários. Ou seja, era mantida a

identidade partidária antes de 1965, devido às redes individuais de políticos serem transferidas para as novas agremiações (CARVALHO, 2008). No período inicial do bipartidarismo, portanto, a identidade política era mais orientada pelo sistema multipartidário anterior. Entretanto, a nova dinâmica política levou à produção e crescimento de novas identidades relacionadas aos novos partidos: o MDB, a partir da década de 1970, passa a forjar uma identidade de partido crítico ao regime que ganha grande apoio entre a população assalariada e pobre dos grandes centros urbanos (CARVALHO, 2008); a Arena, devido às diversas restrições impostas pelo Poder Executivo quando ela contrariou o governo, passou a se conformar com aquilo que era promulgado e incentivado pelos militares (GRINBERG, 2009).

Eleições durante o bipartidarismo

Enquanto vigorou o bipartidarismo, houve eleições gerais em quatro ocasiões (1966, 1970, 1974 e 1978). Elas podem ser divididas em dois períodos: até 1974 vigoram vitórias da Arena diante do MDB e a partir de então, até o fim do bipartidarismo em 1979, o MDB realiza uma virada política eleitoral. Isto ocorre por conta de um fortalecimento, que é fruto de uma nova postura na qual se identifica como partido oposicionista diante da opinião pública. Esta mudança acabaria por culminar na Lei Nº 6767 de 20 de dezembro de 1979, que extingue o sistema bipartidário vigente. O objetivo do regime militar era a pulverização da oposição em diversos partidos e consequente enfraquecimento desta, permitindo que o regime mantesse seu predomínio no cenário político (SOARES; TAULI; COLOMBO, 2016).

Nas eleições de 1966, foi expresso nos resultados eleitorais o peso do MDB. Embora o sistema bipartidário tenha sido criado artificialmente e o partido de oposição consentida tenha tido que atuar sob severas restrições num período de exceção, somado a campanhas difamatórias de que o partido era “subversivo”, “comunista” ou de que votar nele significaria legitimar a dominação política militar, a agremiação consegue se afirmar no cenário político. Os números daquela eleição: no Senado, a Arena recebe 44,7% dos votos, o MDB ganha 34,2% e os votos nulos e brancos somam 21,2%; na Câmara Federal, a Arena fica com 50,5% dos votos, o MDB alcança 28,4% e os votos nulos e brancos totalizam 21% (SOARES, TAULI, COLOMBO, 2016, p. 15).

Não obstante, o quadro das eleições de 1970 indica a fragilidade da oposição diante do endurecimento do regime com o Ato Institucional nº 5: na Câmara Federal o

MDB perde para os votos nulos e brancos, com o primeiro somando 21,3% dos votos e o segundo 30,3%, enquanto a Arena agregava 48,4%; no Senado, a Arena obteve 43,75% dos votos contra 28,6% do MDB e 27,7% de votos nulos e brancos (SOARES, TAUIL, COLOMBO, 2016, p.15).

No ano de 1974 ocorre a virada política eleitoral do MDB com os seguintes números: no Senado, a Arena obteve 34,7% dos votos, o MDB chegou a 50% e votos nulos e em branco alcançaram 15,1%. Na Câmara dos Deputados a Arena atingiu 40,9% dos votos, o MDB conseguiu 37,8%, sendo que os votos nulos e brancos somaram 21,3% (KINZO, 1988, p. 73). Apesar do partido de oposição não ter tomado a maioria das cadeiras, se tratou de uma importante vitória, pois o governo não poderia mais sancionar emendas constitucionais sem o apoio de parte do MDB, considerando que o quórum necessário para tais ações era de dois terços de ambas as casas parlamentares.

Assim, a partir de 1974, a Arena começa a enfraquecer enquanto o MDB se fortalece, o que levou os setores militares a novamente buscarem modificações do sistema político para que mantivessem certo padrão de domínio. A primeira medida adotada foi a Lei nº 6339 de 1º de Julho de 1976, também conhecida como Lei Falcão. Nela se estabelecia que a campanha eleitoral feita na rádio e televisão poderiam apresentar apenas o nome, currículo e foto do candidato (BRASIL, 1976), impedindo considerações críticas ao governo que anteriormente favoreceram o MDB. No ano seguinte foram aprovadas uma emenda e seis decretos que juntos ficaram conhecidos como Pacote de Abril, onde se impunha eleições indiretas para governadores de Estado e para um terço das cadeiras do Senado (os denominados “senadores biônicos”), extensão do mandato presidencial de 5 para 6 anos, extensão da Lei Falcão para eleições legislativas e a redução do quórum para aprovação de emendas constitucionais, de dois terços necessários para apenas a maioria simples (SOARES; TAULI; COLOMBO, 2016). Na eleição de 1978 o MDB conseguiu eleger 8 senadores contra 15 da Arena, e na Câmara Federal a Arena obteve 55% das cadeiras em disputa. Entretanto a tendência geral de enfraquecimento do partido governista continuou, visto que o MDB recebeu 4,4 milhões de votos a mais do que a Arena e obteve a maioria nas regiões mais urbanizadas e populosas do país (KINZO, 1988, p. 202). No dia 20 de dezembro de 1979 seria promulgada a Lei nº 6767, que extingue o sistema bipartidário e estabelece novamente o pluripartidarismo no Brasil (BRASIL, 1979).

O partido do “sim, senhor” também disse não: discordâncias entre arenistas e o Poder Executivo

No ano de 1966 houve uma importante desavença entre o poder executivo, chefiado por militares, e os parlamentares da Arena. O presidente Castelo Branco expediu um decreto em 12 de outubro que cassava o mandato de seis deputados federais do MDB⁴, o que desagradou Adauto Lúcio Cardoso, arenista e então presidente da Câmara dos Deputados. Apesar de o deputado afirmar seu compromisso com a “revolução de 1964”, discordava da medida do presidente militar. Naquele momento foi levantada pela primeira vez a questão da inviolabilidade dos mandatos parlamentares, a independência e a autonomia do poder Legislativo em relação ao Executivo. (GRINBERG, 2009). Adauto Lúcio defendia que era preciso que o plenário da Câmara julgasse a legalidade da ação do Executivo. Por conta disto, determinou que os deputados cassados permanecessem em suas funções parlamentares até o previsto julgamento. Quatro dias depois do ato que cassava os deputados, Adauto decretou sessão permanente na Câmara, com a presença dos deputados punidos, uma maioria de representantes do MDB e alguns arenistas. Outros líderes da Arena tentaram convencer Adauto a desistir de seu intento, afirmando que a legitimidade de um “ato revolucionário” só poderia ser julgado pela própria Revolução, portanto negar a legalidade de um ato institucional seria um confronto aos próprios ideais “revolucionários” (KINZO, 1988).

Durante esta discordância, o MDB, por meio de sua liderança, tentava mobilizar seus deputados para comparecem em Brasília, mas encontrava dificuldades visto que estes estavam em campanha eleitoral. Há também um indicativo de indecisão e paralisia no MDB ao se considerar que esta mobilização só ocorre três dias após o decreto de cassação de mandatos, quando não apenas o líder arenista da Câmara dos Deputados havia se manifestado, mas tinha, também, recebido apoio do presidente do Senado, Moura Andrade, também arenista (KINZO, 1988). No final, o presidente Castelo Branco é pressionado pela linha-dura do regime e impôs a derrota de Adauto Lúcio ao baixar o Ato Complementar nº 23 em 20 de outubro, fechando o Congresso Nacional por um mês. Para o cumprimento da ordem, o Congresso Nacional chegou a ser cercado

⁴ Os deputados federais cassados foram: Doutel de Andrade, Sebastião Paes de Almeida, César Pietro, Abraão Moura, Humberto El Jaick e Adib Chamas.

por militares, levando as eleições a serem realizadas nestas condições (ALCÂNTARA, 2004).

Embora Adauto Lúcio Cardoso tenha expressado uma discordância com o regime militar, não houve punição ao então presidente da Câmara dos Deputados. Posteriormente este renunciou ao seu cargo, mas foi agraciado com uma cadeira no Supremo Tribunal Federal em janeiro de 1967, num gesto de Castelo Branco para demonstrar que não prescindia do apoio civil ao “movimento revolucionário”. Dessa forma, as consequências recaem todas sobre o MDB (KINZO, 1988).

A campanha de intimidação para enfraquecer o MDB, expressa nos resultados eleitorais favoráveis à Arena, permitiu ao governo ter vantagem na negociação de uma nova Constituição dentro do Congresso Nacional. A intenção seria de uma institucionalização do Estado de Segurança Nacional (ALCÂNTARA, 2004). O objetivo do presidente Castelo Branco era deixar o cargo para seu sucessor com uma ordem política alicerçada nos “ideais revolucionários”, o que levou ao uso de diversas medidas autoritárias: no final de sua administração, havia promulgado três atos institucionais, trinta e sete atos complementares e mais de trezentos decretos-leis haviam sido enviados ao Congresso para ratificação, incluindo uma Lei de Imprensa que ampliava os dispositivos de censura e uma Lei de Segurança Nacional (KINZO, 1988).

Entretanto, a elaboração da Constituição de 1967 tratou também de outro episódio de discordância entre os membros da Arena e o regime militar. Primeiramente, existia o temor de novas cassações de mandatos, o que levou o presidente da Câmara e do Senado a pedirem a revogação dos artigos que davam tal poder ao chefe do Executivo. No final, ambos cederam e colaboraram com o regime na aprovação de uma nova Constituição, com os líderes da Arena defendendo que era preciso tomar partido, mas com a maioria dos congressistas aprovando silenciosamente as diretrizes do Executivo (GRINBERG, 2009). Depois ocorreram discordâncias entre a Comissão Mista da Reforma Constitucional da Arena e o Poder Executivo em alguns pontos da elaboração da Constituição: o projeto enviado ao Congresso apenas enumerava os direitos individuais, deixando à lei ordinária os termos em que os direitos e garantias deveriam ser exercidos. Um dos líderes arenistas, o senador Afonso Arinos, redigiu a emenda nº 326 para que a carta constitucional mantivesse tais garantias individuais, se tornando uma das poucas emendas aprovadas no Congresso. A mencionada emenda

aprovada levou Martins Rodrigues, líder do MDB na Câmara dos Deputados, a declarar de que se tratava da única emenda que efetivamente modificava para melhor o projeto governamental (GRINBERG, 2009). O senador emedebista Josaphat Marinho propôs a emenda nº 463 para estabelecer eleições diretas para os cargos de presidente e vice-presidente da República, utilizando o argumento de que tal medida seria compatível com os ideais “revolucionários”. O deputado arenista Accioly Filho, formado nas fileiras do antigo PSD e participante de grandes campanhas eleitorais vitoriosas, apoiou a emenda, justificando que as eleições indiretas na história do Brasil se tratavam de desdobramentos de episódios revolucionários e que não deveria se tornar um princípio da República. Apesar do apoio de alguns outros deputados arenistas, tal proposta foi rejeitada na votação (GRINBERG, 2009).

No decorrer da votação da Constituição, o ponto de maior atrito nas discussões foi relativo à preeminência do poder Executivo sobre os demais poderes da República. Foram apresentadas duas emendas que defendiam a restauração do equilíbrio entre os poderes: a primeira era de autoria do deputado emedebista Humberto Lucena, que exigia a aprovação do Legislativo para ser decretado estado de sítio; e a outra emenda visava extinguir os decretos-leis como um processo admissível e foi redigida pelo deputado arenista Britto Velho. O político da Arena, Hebert Levy, levou ao Congresso uma declaração de voto assinada por ele e mais 105 arenistas onde discordavam da medida dos decretos-leis e da declaração de estado de sítio sem audiência prévia do Congresso. Durante este ato, ressaltou que os assinantes do documento ainda eram “revolucionários autênticos” e que deveriam corrigir os erros que o movimento de 1964 cometeu “pela liberdade e pela democracia e o combate à corrupção no país”, portanto não poderiam apoiar mais estes dispositivos para conferir maiores poderes ao presidente da República (GRINBERG, 2009). Porém as emendas foram rejeitadas na votação devido à ausência de um consenso na Arena acerca delas.

Outras manifestações de oposição ao regime contaram também com certa simpatia de membros da Arena. O cenário político polarizava-se, vindo inclusive apoiadores de primeira hora a perfilar no lado oposicionista. Assim é que, apesar de ter apoiado o golpe civil-militar, Carlos Lacerda viu suas ambições serem frustradas com a manutenção das eleições para presidente via colégio eleitoral, levando-o a romper com o grupo que havia auxiliado a tomar o poder. Em 1966 é organizado um movimento político sob sua liderança, a Frente Ampla, que busca apoio entre setores políticos civis

tradicionais para o restabelecimento da democracia. A Frente Ampla realiza uma aliança com Juscelino Kubitschek. Com seu mandato político cassado e direitos políticos suspensos, Kubitschek se tornou uma espécie de “mártir político”, aumentando seu prestígio junto à população. Em setembro de 1967, os principais líderes da Frente Ampla viajam até a capital do Uruguai para formalizar uma cooperação com o presidente deposto e exilado, João Goulart. Assim é celebrada uma aliança entre Goulart e Lacerda, que anteriormente havia ativamente ajudado a depor o ex-presidente. A Frente Ampla passa então a adquirir características de um partido político de oposição de amplas bases com legitimidade entre círculos políticos mais amplos e setores sindicais e trabalhistas (ALCÂNTARA, 2004). Políticos do MDB haviam participado da Frente Ampla desde sua criação, mas o partido como organização não participaria do movimento. Ainda assim, o MDB não colocaria restrições à adesão de seus membros à Frente, visto que reconhecia que ambos os grupos lutavam pelo mesmo objetivo de reestabelecer a democracia no país. Apesar de possuir atividades limitadas, a Frente Ampla se colocava além dos limites de ação oposicionista tolerados pelo regime militar e atraía representantes conservadores das classes média e altas, que haviam apoiado o golpe militar. Dessa forma, em 5 de abril de 1968 é baixada uma portaria que proíbe definitivamente a Frente Ampla (KINZO, 1988).

As demonstrações de descontentamento e oposição ao regime militar não se limitavam ao campo da política formal. No ano de 1968 o movimento estudantil cresceu após um protesto em março no Rio de Janeiro que resultou na morte do secundarista Edson Luís, uma semana antes da proibição da Frente Ampla. Houve diversas manifestações estudantis e grevistas após a morte do estudante⁵, levando o MDB a apresentar um projeto de anistia para quem havia sido preso durante tais movimentações. Ainda que tenha sido rejeitado, recebeu 35 votos favoráveis da Arena e foi considerado pelo regime militar como indicativo de que o partido da oposição consentida estava transgredindo os limites estabelecidos, além de que o partido do governo agia de forma complacente ao se silenciar e agir passivamente (KINZO, 1988).

⁵ De acordo com Kinzo (1988, p. 114), o movimento trabalhista realizou uma greve de metalúrgicos em Contagem (MG) durante o mês de abril; em julho novamente os metalúrgicos entraram em greve, dessa vez em Osasco (SP); em setembro houve tentativas de greve em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

Desde a promulgação da nova Constituição em 1967 e com a posse do general Artur da Costa e Silva na presidência da República no mesmo ano, que prometia redemocratizar o país, os parlamentares revigoraram a discussão política e reforçaram os poderes do Legislativo para poderem obter uma participação mais efetiva no processo político. Por conta disso, houve o apoio de políticos da Arena em alguns casos, devido à insatisfação que se encontravam com a situação de um Congresso enfraquecido nas mãos do governo. Os congressistas acentuaram a atividade fiscalizadora das ações do regime por meio de “comissões parlamentares de inquérito, negativas de aprovação de alguns projetos do Executivo, pressões pela revogação de certas legislações autoritárias e requerimentos de informação das atividades de ministros do Estado” (VASCONCELOS, 2013, p. 352).

Este contexto de intensificação das manifestações de oposição ao regime culminou em novo episódio de discordância entre a Arena e o Poder Executivo. O caso referente é o do discurso de Márcio Moreira Alves, deputado federal pelo MDB que criticou a invasão militar na Universidade de Brasília ocorrida em 30 de agosto de 1968. Na ocasião da repressão na universidade, diversas polícias invadiram o campus por conta dos protestos contra a morte do secundarista Edson Luís. Nesta ação houve a prisão de diversos estudantes e um deles foi baleado, além de políticos emedebistas que afluíram ao campus para buscar um entendimento saírem feridos⁶ (KINZO, 1988). Em 2 de Setembro, o político Márcio Moreira Alves subiu à Tribuna do Congresso, defendendo o boicote às comemorações do Sete de Setembro e ao militarismo em geral, especialmente pelas esposas. O governo, presidido pelo marechal de linha dura Costa e Silva (1967 – 1969), pediu à Câmara dos Deputados licença para processar o deputado federal de acordo com a Lei de Segurança Nacional, o que gerou reações contrárias dos parlamentares que defendiam a inviolabilidade parlamentar. Levado à votação, o pedido de autorização para processar Moreira Alves foi negado por larga margem, com grande adesão dos arenistas que compunham a maioria das cadeiras da Câmara dos Deputados. Este episódio se tratou de uma incomum aliança entre a base aliada e os oposicionistas pela defesa das prerrogativas dos parlamentares, como a inviolabilidade do mandato e

⁶ Havia ocorrido outras manifestações estudantis, como na invasão da polícia militar na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro em 23 de setembro de 1966, onde 600 estudantes saíram presos, mas as reações a tais episódios de autoritarismo e violência não geraram repercussões tão notáveis como o caso da Universidade de Brasília devido ao não envolvimento direto de políticos e um contexto social de menor agitação do que o de 1968. In: André Teixeira Jacobina, *Clivagens partidárias: Arena e MDB baianos em tempos de distensão (1974-1979)*, p. 14

as imunidades por conta de suas opiniões, palavras e votos, previsto na própria Constituição de 1967 que fora estabelecida pela ditadura (GRINBERG, 2009).

Nesta conjuntura, as cassações do período tinham uma diferença substancial daquelas realizadas em 1964. Enquanto os deputados que apoiaram o golpe consentiram com as cassações de 1964, pois atingiam adversários políticos e proporcionava vantagens eleitorais pelo esvaziamento de um partido ou de grupos políticos cujo poder crescia, em 1968 as intervenções militares nas instituições deixavam clara a ameaça ao Poder Legislativo como um todo, numa dimensão diferente daquela pretendida pelos políticos que apoiaram o movimento de 1964 (GRINBERG, 2009, p. 127).

Endurecimento do regime: o Ato Institucional nº 5

A derrota do governo no caso Moreira Alves foi utilizada como pretexto pelos setores militares de linha dura para um contra-ataque repressor ao movimento oposicionista que vinha crescendo⁷ (KINZO, 1988). Com isto, em 13 de dezembro de 1968, foi promulgado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que retomava a possibilidade de cassar mandatos, suspender direitos políticos, decretar recesso indeterminado do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e Câmara dos Vereadores, intervir em Estados e Municípios arbitrariamente e estabelecia o fim da garantia do habeas corpus para crimes políticos (BRASIL, 1968a). No mesmo dia foi promulgado o Ato Complementar nº 38, que decretou o recesso do Congresso Nacional com base no AI-5 (BRASIL, 1968b). Tais medidas trouxeram a permanência dos militares no poder e permitiu o uso desenfreado do aparelho repressivo do estado de segurança nacional. Ainda houve protesto por parte de senadores arenistas que defendiam o Estado Democrático de Direito, mas de forma infrutífera. Com o novo Ato, o conceito de quem seria inimigo do regime se ampliou e ficou mais difuso: além dos comunistas e aqueles que apoiaram João Goulart, agora estavam incluídas pessoas que apoiaram o regime, que pertenciam à Arena ou quem de algum modo não se identificava com a ideia clássica de subversivo (GORDILHO, 2015).

Desde abril de 1964, o Congresso entrou em recesso pela força de decretos presidenciais em duas ocasiões: em 1966, durante um mês; e em 1968, por mais de um ano. Em ambas, a justificativa governamental foi por conta de problemas de divergência

⁷ É preciso salientar, como aponta Carlos Fico (2004, p.34), que o AI-5 não se trata de mera decorrência dos episódios de 1968, mas sim o amadurecimento de um processo iniciado muito antes, tendo em vista que a pressão da linha dura existia desde o início do regime militar.

entre parlamentares governistas e o Executivo. Os arenistas, ao divergirem dos rumos do regime, sempre reiteravam o seu apoio ou crença nos princípios da “revolução de 1964”. Inclusive algumas lideranças apontaram que, apesar das divergências, não se consideravam oposicionistas e nem se filiariam ao MDB, mas acreditavam que poderiam atuar com relativa autonomia (GRINBERG, 2009). O AI-5, entretanto, marca um novo momento, onde as tentativas de negociação com parlamentares em busca da construção de uma imagem de legitimidade ao regime autoritário são diminuídas e a linha dura da cúpula militar estabelece um contexto de maior violência, autoritarismo e rigidez. Estava evidenciada a ambiguidade do governo autoritário em buscar uma legitimação do regime perante os setores civis que apoiaram o golpe, a comunidade internacional e os próprios militares, ao mesmo tempo em que decretava seguidas medidas autoritárias com a justificativa do “reestabelecimento da ordem democrática”, supostamente perdida antes do golpe (CARVALHO, 2008, p. 36). A partir de então, não apenas os opositores do regime se encontravam ameaçados, mas o Legislativo como um todo por meio de medidas antiparlamentares e antipartidárias. A Arena também entra em uma nova fase, com sua reorganização realizada pelo governo militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos e da análise apresentados, verifica-se que o regime militar concentrou em sua cúpula a capacidade de modificação das regras institucionais determinantes do jogo político, visando à manutenção do seu domínio. O sistema bipartidário é implantado por conta de resultados insatisfatórios nas eleições de 1965, concebendo partidos criados de cima para baixo e que possuem características de artificialidade por conta dessa fundação autoritária. O funcionamento legislativo, ainda que debilitado, é utilizado como mecanismo para criar uma imagem de legitimidade do regime ditatorial diante da sociedade civil, da comunidade internacional e dos próprios políticos profissionais.

As eleições do período do bipartidarismo se encontram em contextos de diferentes medidas autoritárias, apresentando uma oposição consentida ao regime, portanto que deve ser fraca e não ser um impedimento nas medidas autoritárias. Quando o governo se encontra em algum momento desfavorável, as regras do sistema político são alteradas de forma que o predomínio do regime militar seja mantido. O discurso de

restauração da democracia alia-se às práticas antidemocráticas, de forma que se trata de recurso retórico que procura estabelecer uma imagem de normalidade e progresso dentro de um regime de exceção.

Diversos traços da cultura política brasileira são mantidos durante o período bipartidário: a fraca base ideológica fraca orienta a disposição dos parlamentares nos novos partidos; há a manutenção de oligarquias e elites dentro dos partidos, vinculados ao sistema multipartidário anterior; o autoritarismo é constante, por meio das diversas intervenções executivas no funcionamento legislativo. O período inicial do bipartidarismo, portanto, é marcado por uma identidade política orientada pelos partidos anteriores, tanto entre os parlamentares como entre os eleitores.

A Arena é concebida como partido governista que deveria legislar as prerrogativas do governo sem contestação, mas a cultura política estabelecida por conta da vinculação partidária anterior de seus membros leva os parlamentares arenistas a também disserem não em determinados momentos, assinalando que, mesmo apoiando o movimento de 1964, ainda consideravam que poderiam participar com relativa autonomia do regime instaurado. Porém os discordantes são frustrados, pois o regime militar não recebe bem a contestação, ainda que seja realizada nos mesmos termos “revolucionários” que costumava discorrer, o que serve como pretexto para a maior rigidez e violência adotadas com a promulgação do AI-5.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCANTARA, José Carlos. *O dualismo partidário no período de 1966-1982 e sua representação local*. Tese. Universidade Estadual Paulista, Outubro de 2004.

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm Acesso em: 02/05/2018

BRASIL. Lei nº 4740, de 15 de julho de 1965. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4740.htm Acesso em: 02/05/2018

BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras

providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm
Acesso em: 02/05/2018

BRASIL. Ato Complementar nº4, de 20 de novembro de 1965. Dispõe sobre a criação, por membros do Congresso Nacional, de organizações que terão atribuições de partidos políticos, enquanto estes não se constituem, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-004-65.htm Acesso em: 02/05/2018

BRASIL. Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968. Decreta o recesso do Congresso Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-38-68.htm Acesso em: 02/05/2018

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Mantem a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm
Acesso em: 02/05/2018

BRASIL. Lei nº 6339, de 27 de outubro de 1976. Lei Falcão. Dá nova redação ao artigo 250 da Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965, alterado pelo artigo 50, da Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966, e ao artigo 118 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6339.htm Acesso em: 02/05/2018

BRASIL, Lei nº 6767 de 20 de dezembro de 1979. Modifica dispositivos da Lei nº 5682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-Lei nº 1541, de 14 de abril de 1977; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6767.htm
Acesso em: 02/05/2018

CARVALHO, Alessandra. *Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da Arena e MDB*. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Janeiro de 2008.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de Segurança Nacional: banalizando a violência. *Psicologia em Estudo*, Paraná, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FLEISCHER, David Verge (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

FREIRE, Silene de Moraes. *Cultura política, questão social e ditadura militar no Brasil: o simulacro do pensamento político de militares tecnocratas no pós-1964*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

- GORDILHO, Maria Celina Monteiro. *Cassação de mandato, suspensão de direitos políticos e inelegibilidade: relações entre direito e política no regime militar brasileiro (1968-1970)*. Dissertação. Universidade de Brasília, Janeiro de 2015.
- GRINBERG, Lúcia. *Partido Político ou Bode Expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965 – 1979*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2009.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.
- JACOBINA, André Teixeira. *Clivagens partidárias: Arena e MDB baianos em tempos de distensão (1974 – 1979)*. Dissertação. Universidade Federal da Bahia, Julho de 2010.
- KINZO, Maria d’Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e Coação no Brasil pós-1964*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SCHMITT, Rogério Augusto. *Partidos políticos no Brasil (1945 – 2000)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005.
- SKIDMORE, Thomas Elliot. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOARES, A. O. S.; TAUIL, R. M. ; COLOMBO, L. O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB. *Revista Sinais*, Vitória, n. 19, jan/jun. 2016.
- VASCONCELOS, Cláudio Bessera de. As análises da memória militar sobre a ditadura: balanço e possibilidades. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43, p. 65-84, jan/jun. 2009.
- ZAVARIZE, Denise Moreira Schwantes. *O bipartidarismo brasileiro (1965 – 1979)*. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina, 1987.